

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.769 - RJ (2019/0291558-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : COOPERATIVA DE CREDITO MUTUO SERRA MAR LTDA  
**ADVOGADOS** : GIORGIO VILELA SANTONI - RJ092780  
LUIZ HENRIQUE RODRIGUES DE SIQUEIRA - RJ142221  
**RECORRIDO** : SILVIA ARAÚJO DE ASSIS MASCARENHAS REZENDE  
**ADVOGADO** : GILSON CARDOSO REZENDE - RJ154803

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PENHORA DE SALÁRIO. ART. 187 DO CÓDIGO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO PRETORIANO. DISPOSITIVO OBJETO DE CONTROVÉRSIA. FALTA DE INDICAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA AUSENTE. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por COOPERATIVA DE CREDITO MUTUO SERRA MAR LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRRESIGNAÇÃO EM RELAÇÃO À DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PENHORA DE VALORES SOBRE PROVENTOS DA EXECUTADA/AGRAVADA. PENHORA VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. PATENTE A IMPENHORABILIDADE DE VERBAS REFERENTES À VENCIMENTOS, SUBSÍDIOS, SOLDOS, SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES, PROVENTOS DE APOSENTADORIA, PENSÕES, PECÚLIO E MONTEPIOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 833, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, FUNDAMENTADA NA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA, COM A MANUTENÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL, CONFORME O JULGAMENTO EXARADO PELO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO RESP Nº 1184765/PA, SUBMETIDO AO CRIVO DOS RECURSOS REPETITIVOS (ARTIGO 543-C, DO CPC), ONDE FIRMOU ENTENDIMENTO PELA ABSOLUTA IMPENHORABILIDADE DOS VENCIMENTOS, SUBSÍDIOS, SOLDOS, SALÁRIOS,

REMUNERAÇÕES, PROVENTOS DE APOSENTADORIA, PENSÕES, PECÚLIOS E MONTEPIOS; AS QUANTIAS RECEBIDAS POR LIBERALIDADE DE TERCEIRO E DESTINADAS AO SUSTENTO DO DEVEDOR E SUA FAMÍLIA, OS GANHOS DO TRABALHADOR AUTÔNOMO E OS HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL LIBERAL, COM EXCEÇÃO PARA SATISFAÇÃO DE CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR.

PRECEDENTES. RECURSO QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 187 do Código Civil.

Sustenta a possibilidade de relativizar a regra de impenhorabilidade de salário e de permitir a penhora direto na folha de pagamento no caso dos autos, tendo em vista não ter sido encontrado qualquer bem em nome da recorrida, ao passo que constatado rendimento mensal elevado da Recorrida, de foram que a penhora não comprometeria a dignidade ou o mínimo existencial da devedora.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 175.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 177-180).

É o relatório.

DECIDO.

2. A matéria relativa ao art. 187 do Código Civil não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Consigne-se que o simples fato de embasar as razões recursais com fulcro na violação do dispositivo em tela não preenche o requisito do prequestionamento, máxime porque a *instantia a quo* não se pronunciou sobre a matéria.

Ressalta-se, ainda, que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples oposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento. Incide, portanto, quanto à matéria em mote, o óbice da Súmula n. 282 do STF.

3. Acerca do dissídio pretoriano, além de a parte recorrente uma vez que a recorrente ter se limitado a indicar precedentes paradigmas sem indicar qual dispositivo legal teria recebido interpretação divergente, deixou de realizar a demonstração analítica da alegada divergência. Era necessária a transcrição dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, ônus do qual não se desincumbiu o recorrente. Incidência da súmula 284/STF.

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Intimem-se. Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator